



RESUMO DA REUNIÃO Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MSNP/MMA Data: 12 de fevereiro de 2026

A reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MSNP/MMA), realizada em 12 de fevereiro de 2026, teve como foco principal a análise de pautas relacionadas à carreira, estrutura remuneratória, indenizações, articulação legislativa e estratégias institucionais junto ao Congresso Nacional.

No que se refere às questões estruturais, foram discutidas possíveis alterações normativas com impacto na tabela remuneratória prevista em lei, bem como a necessidade de avaliação técnica prévia quanto à viabilidade de modificações por meio de emenda. Destacou-se a importância de alinhamento institucional e de definição de estratégia adequada antes de qualquer encaminhamento formal.

No âmbito das indenizações, deliberou-se pela constituição de Grupo de Trabalho (GT), mediante solicitação formal às entidades representativas, com dois objetivos centrais: (i) elaborar proposta de alteração de decreto referente à indenização de campo, com vistas à retirada da exigência de que os serviços externos sejam obrigatoriamente prestados em zona rural para fins de percepção da indenização; e (ii) discutir a regulamentação da indenização de fronteira. Registrou-se que os decretos atualmente existentes seguem modelo padronizado por órgão, sendo necessária análise estratégica quanto à melhor forma de apresentação de eventual proposta normativa, inclusive mediante prévia articulação institucional.

O MMA informou que a minuta de Decreto sobre progressão e promoção considerando as classes e padrões criadas pelo reenquadramento foi enviado ao MGI e está em análise. Há previsão de regras transitórias para contemplar os servidores que já podem perceber promoção em razão do reenquadramento.

Informaram também que o Ibama já havia feito o pedido de convocação do CR do concurso de 2025 e o Ibama estava finalizando a análise (processo estava na PFE) para oficializar o MMA com pedido de convocação do CR do último concurso. A expectativa da administração pública é que o chamamento de novos servidores seja realizado em 2026, mas sem uma previsão exata de quantitativo.

Quanto à pauta legislativa, deliberou-se pela articulação com a Assessoria Parlamentar para definição da melhor estratégia de atuação junto ao Congresso Nacional, especialmente em relação a emendas que tratam: (i) do reenquadramento de servidores vinculados ao IBAMA que não tiveram oportunidade anterior; e (ii) da equiparação remuneratória no âmbito do PECMA. Ressaltou-se a necessidade de condução técnica e política cuidadosa, considerando as sensibilidades institucionais.

Encaminhamentos principais:

1. Contato com a Assessoria Parlamentar para definição de estratégia de fortalecimento dos encaminhamentos e análise de viabilidade política das propostas.
2. Elaboração, pela área competente do Ministério, de ofício às entidades da bancada sindical e demais representantes da Mesa, solicitando indicação de membros para composição de Grupo de Trabalho sobre indenização de campo e indenização de fronteira.
3. Elaboração, no âmbito do Grupo de Trabalho a ser instituído, de proposta de alteração do decreto referente à indenização de campo, com a finalidade de suprimir a obrigatoriedade de que os serviços externos sejam realizados exclusivamente em zona rural para fins de percepção da referida indenização.
4. Avaliação estratégica quanto à apresentação de propostas de alteração normativa, inclusive por meio de emendas legislativas nos termos já apresentados, na Câmara dos Deputados e agora no Senado Federal.

A reunião foi considerada produtiva, com definição de providências concretas para o avanço das pautas apresentadas, especialmente no tocante à articulação jurídica e parlamentar das matérias em discussão.

Brasília, 20/02/2026

ASCEMA Nacional